



MEIO AMBIENTE

Lei reforça política de combate ao fogo

Em primeiro balanço das autoridades, houve mais investimentos para combate e proteção, e áreas de queimadas diminuíram

» CAETANO YAMAMOTO*

Um ano após entrar em vigor, a Política Nacional de Manejo Integrado de Fogo (PFMIF) tem ajudado a aumentar a prevenção e o combate aos incêndios, de acordo com autoridades do governo.

O Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, João Paulo Capobianco, informou que as projeções feitas em 2024 sobre a área queimada no Pantanal, por exemplo, foram reduzidas, a expectativa era de mais de 30%, entretanto a área queimada ficou em torno de 17%. Ele ressaltou que o problema de incêndios e queimadas em vegetação nativa é um problema do mundo inteiro e não é “uma jabuticaba brasileira”.

“A transformação do Brasil em um território resiliente ao fogo”, afirmou Capobianco, ontem, em cerimônia de balanço do primeiro ano da PFMIF, realizada pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O evento contou com a presença da ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva.

Conforme informações da diretora do ICMBio, Lara Vasco, as Áreas Atingidas por Fogo (AAF) foram reduzidas de 483,86 mil hectares totais atingidos por fogo em

Caetano Yamamoto



Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, participa de evento com balanço de um ano da nova regra

2024, destes 231,3 mil foram causados por manejo de fogo e 252,7 por incêndios. Em 2025, menos que a metade foram atingida, sendo 202,14 mil hectares atingidos no total, sendo 168,2 mil por manejo de fogo e 33,9 mil por incêndio. O diretor de Proteção Ambiental do IBAMA, Jair Schmitt, apresentou um levantamento feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), mostrando que o foco de calor, em 2025, está com níveis abaixo ou igual ao mínimo

esperado “devido ao trabalho de preparação e prevenção feito em resposta ao ano de 2024”. Segundo Schmitt, houve aumento de 14% no número de brigadistas florestais — linha de frente no combate ao fogo, passando de 2.227, em 2024, para 2.600, neste ano. Além disso, houve ampliação das brigadas florestais em 11% para 123 brigadas que atuam em 330 mil km². O número de veículos operacionais saltou em 98% de 2023 para 2025, para 799, sendo que 629 deles são

especializados para áreas de difícil acesso. Nesse período, o investimento em equipamentos individuais de proteção e motorizados somou R\$ 76 milhões. A ministra afirmou que espera que não seja necessário o uso dos equipamentos investidos. “Eu vou ficar muito feliz e rezo muito a Deus para que a gente não precise usar esses equipamentos”, disse Silva.

*Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel

Vigília esvaziada

Reprodução/Redes Sociais



Representantes de grupos ambientalistas promoveram, na noite de ontem, um ato em frente ao Palácio do Planalto, em defesa do veto presidencial do Projeto de Lei 2159/2021, que trata da nova lei ambiental e vem sendo chamado de PL da Devastação. A matéria tramitou durante 20 anos no Congresso e foi aprovado no último dia 17, na Câmara dos Deputados. O texto só depende de sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para se tornar lei. De acordo com os ambientalistas, se for sancionada, a nova lei vai facilitar a exploração descontrolada de reservas naturais, em atividades relacionadas ao agronegócio ou à indústria extrativa. Uma das principais polêmicas em torno do texto e que divide opiniões até mesmo entre governistas, é a facilitação para a extração de petróleo na Foz do Rio Amazonas. Defensores do projeto alegam que a exploração da Margem Equatorial pode acelerar o desenvolvimento econômico do país, inclusive a transição energética. Por outro lado, opositores ao PL, como a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmam que as mudanças podem causar danos irreversíveis à biodiversidade na região. (Raphael Pati)

Reprodução/Redes Sociais



Homem que socou namorada é acusado de tentativa de feminicídio

60 SOCOS NO ELEVADOR

Ex-jogador é preso após agressão brutal

Igor Eduardo Pereira Cabral, de 29 anos, foi preso em flagrante após espancar a namorada com mais de 60 socos no rosto dentro de um elevador de um condomínio em Ponta Negra, zona sul de Natal, no Rio Grande do Norte. Ele é estudante e ex-jogador de basquete.

Igor Cabral vai responder pelo crime de tentativa de feminicídio. A defesa do agressor não foi localizada. No seu perfil do Instagram, ele faz

menção ao ‘basketball’. O nome dele aparece, inclusive, em registros da Liga Nacional de Basquete. Procurada, a entidade não se pronunciou até o momento, segundo informações da Agência Estado. Ele tem um filho.

De acordo com o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, o responsável pela agressão passou por audiência de custódia ainda no fim de semana, e foi decretada a prisão preventiva dele. O caso está

em segredo de Justiça para resguardar a vítima.

A mulher agredida, de 35 anos, foi encaminhada ao Hospital Monseñor Walfredo Gurgel e aguarda por cirurgia. Será necessária a reconstrução do rosto, pois ela teve o maxilar fraturado.

A agressão foi flagrada por meio das câmeras de segurança dentro do elevador no último sábado (26). Segundo relatos, o porteiro do

condomínio viu as imagens e acionou a Polícia Militar. Quando o elevador parou no térreo, moradores contiveram o homem até a chegada da PM.

Cabral disse à Polícia Civil que foi à casa da vítima para pegar seus pertences após descobrir uma suposta traição. Ele se irritou quando ela se recusou a abrir a porta. Por outro lado, a vítima alega que o incidente foi motivado por uma crise de ciúmes.



ALEXANDRE GARCIA

NA EUROPA, VAI SER LANÇADO SEMANA QUE VEM UM DOCUMENTÁRIO COM CERCA DE DUAS HORAS SOBRE O SUPREMO BRASILEIRO, PRODUZIDO PELO JORNALISTA PORTUGUÊS QUE FICOU DETIDO QUANDO VEIO PARTICIPAR DE MANIFESTAÇÃO NA AVENIDA PAULISTA

Extravagâncias

A política brasileira — incluindo “extravagâncias” do Judiciário, como qualificou o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello — já ultrapassou os limites da Praça dos Três Poderes e ganhou o mundo. Além do futebol e do carnaval, temos as “extravagâncias”.

O editorial da edição de domingo do *The Wall Street Journal*, confirma essa expansão para o mundo. É o diário de maior reputação nos Estados Unidos, sendo conhecido como *The Journal*. Ou seja, é “o jornal”, publicado pelos criadores do Índice Dow Jones e tem a idade da nossa República. Pois o editorial

entrou no varejo do Supremo, com o caso Filipe Martins, instando o presidente dos EUA, Donald Trump, a investigar com transparência a falsificação da entrada de Martins nos Estados Unidos e afirmando que ele deveria estar em liberdade.

Na Europa, vai ser lançado semana que vem um documentário com cerca de duas horas sobre o Supremo brasileiro, produzido pelo jornalista português que ficou detido quando veio participar de manifestação na Avenida Paulista. Volta e meia o *Washington Post* dá opinião criticando a Suprema Corte brasileira.

E Trump dá ao Brasil um tratamento especialmente duro,

deixando claro que é por causa da “caça às bruxas”, uma perseguição à direita brasileira, e por falta de transparência na apuração de eleições. Depois de amanhã, entra a tarifa de 50% sobre as importações americanas do Brasil e, além disso, para sobre algumas cabeças, como a espada de Dâmocles, a Lei Magnitsky — que todo jornalista já pronuncia com familiaridade.

Por aqui, vamos ajudando a inflar esse noticiário estrangeiro. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, todos os dias, desafia, debocha, provoca o presidente dos Estados Unidos. Parece desejar ter uma desculpa para todos os males provocados por sua administração, desde a falta de picanha até os juros, a dívida gigantesca e

os deficits. No Supremo, o ministro Alexandre de Moraes recrudescer a cada dia. Até nos detalhes, como não admitir militar fardado em audiência.

Se a intenção de Hélio Negão, (deputado federal Hélio Lopes PL-RJ) ao acampar na Praça dos Três Poderes, era jogar uma isca para ver se Moraes a abocanharia, o deputado viu que o ministro a mordeu e mastigou a Constituição. Não deu a mínima para os péticos direitos de reunião, manifestação, ir e vir e ainda mandou o governador tirá-lo de lá, mesmo que Ibaneis Rocha tivesse que deixar a cama, como aconteceu. Não foi inédito; esses direitos já haviam sido infringidos na pandemia — e por prefeitos!

A remoção do deputado Hélio Negão das proximidades da Câmara Federal foi incluída no Inquérito das Fake News, de 2019. Profético, o ministro Marco Aurélio o apelidou de Inquérito do Fim do Mundo, o que se confirma pelos mais de seis anos de prorrogações e por não ter tido a iniciativa essencial do Ministério Público.

As inconstitucionalidades são conhecidas há anos; conhecidas da mídia, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), dos juristas, dos professores — mas estão escondidas nas consciências.

Vergonha nossa estarem essas extravagâncias nos principais jornais americanos, europeus, mas não nos nossos com a veemência com que devam ser tratadas

infrações graves a direitos fundamentais. Vergonha nossa estarem na boca do secretário de Estado e do presidente norte-americanos, mas não na boca do presidente da OAB nacional ou do presidente do Senado. Com o Senado omissivo, um deputado foi pedir socorro a Trump.

Alegam que Trump ataca nossa soberania, mas não mostram soberania suficiente para defender a própria Constituição, a maior das leis, a que limita o poder do estado para que a nação seja livre para pensar, debater, criticar, fiscalizar, eleger. Agora temos uma extravagância política: um chefe de Estado estrangeiro defendendo direitos previstos na nossa Constituição sem ter jurado defendê-la — como jurou Lula.